

A PERCEPÇÃO DOS (AS) PROFESSORES (AS) EM RELAÇÃO A SEXUALIDADE DOS EDUCANDOS (AS) COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Andressa da Silva Bobsin¹

Resumo: Essa investigação teve como objetivo identificar a percepção das(as) professoras(es) com relação a sexualidade das(os) educandas(os) com deficiência intelectual, bem como a forma como elas(eles) lidam com tais temáticas na prática docente. Os resultados apontam para os desafios de se pensar uma educação sexual para as pessoas com deficiência intelectual. As concepções das(dos) professoras(es) sobre a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual foram subjetivas, sendo que a maioria delas ainda está permeada de ideias preconcebidas. A instituição lócus da pesquisa não apresentava nenhuma orientação sobre educação sexual e essa prática fica a critério das(os) profissionais, deixando evidente que as concepções, medos e receios influenciam na não adoção de uma prática pedagógica que contemple esse tema. Quando estas questões aparecem são de forma tímida e numa perspectiva biologizante. Assim, constou-se a necessidade de se pensar espaços de formação para as(os) professoras(es) para que elas(es) possam sentir-se seguros(as) e em parceria com as famílias possam desenvolver um trabalho adequado que oriente as(os) educandas(os) para exercerem sua sexualidade com autonomia e segurança.

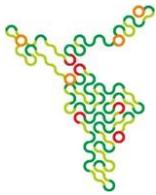
Palavras-chave: Sexualidade. Deficiência intelectual. Professoras(es).

THE TEACHERS 'PERCEPTION IN RELATION TO THE SEXUALITY OF INTELLECTUAL DEFICIENCY EDUCATION

Abstract: This research aimed to identify the teachers' perception regarding the sexuality of the students with intellectual disabilities, as well as how they deal with these issues in teaching practice. The results point to the challenges of thinking about sex education for people with intellectual disabilities. The conceptions of the teachers about the sexuality of people with intellectual disabilities were subjective, and most of them are still permeated by preconceived ideas. The research institution does not present any guidance on sexuality education and this practice is at the discretion of the professionals, making it clear that the conceptions, fears and fears influence the non-adoption of a pedagogical practice that contemplates this theme. When these issues arise they are timid and from a biological perspective. Thus, there was a need to think of spaces for the formation of teachers so that they can feel safe and, in partnership with families, can develop adequate work to (s) to exercise their sexuality with autonomy and security.

Keywords: Sexuality. Intellectual disability. Teachers.

¹ Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria UFSM e Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: andressa.bobsin@gmail.com.



Introdução

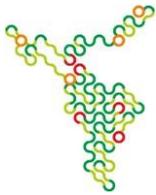
Compreender as concepções das professoras(es) em relação a suas(eus) alunas(os) é muito importante, pois sua forma de pensar e de conceber algo pode influenciar a maneira pela qual sua prática docente é conduzida. Estudos demonstram que falar sobre a sexualidade nas escolas ainda tem sido um tabu. Isso tem dificultado práticas pedagógicas que visem discutir aspectos da educação sexual para além do campo da biologia.

Muitos profissionais reconhecem a importância de trabalhar esses aspectos, mas ainda se sentem despreparados. Dentre os fatores que impedem/dificultam estão a religiosidade, preconceitos, tabus. Figueiredo comenta que:

A educação sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos. Muitos deles se preocupam e se sentem, em vários momentos, inseguros e até temerosos, diante dessa tarefa. (FIGUEIREDO, 2001, P.01)

Muitos profissionais reconhecem a importância de trabalhar esses aspectos, mas ainda se sentem despreparados contribuindo para o silenciamento, invisibilidade e, conseqüentemente, para a manutenção dos mitos e preconceitos. De acordo com Gesser et al (2012, p. 231), “não se pode esquecer que os professores se constituíram sujeitos num contexto marcado pela hegemonia de concepções biomédicas ou morais e religiosas acerca de gênero e sexualidade”. Para a autora, é necessário desenvolver um trabalho voltado à formação de professores que “rompa com a cisão entre razão e emoção, pautada na racionalidade instrumental, e que abranja as dimensões do pensar, sentir e agir”. Nesse sentido, a formação deve oferecer subsídios para que os educadores “não apenas se instrumentalizem cognitivamente, mas também recriem o modo como lidam com sua sexualidade”. (GESSER et al, 2012, p. 230)

Quando tratamos das pessoas com deficiência, especialmente as com deficiência intelectual a situação passa a ser ainda mais delicada pois há uma série de preconceitos, estigmas e ideias preconcebidas sobre sua sexualidade.



Um exemplo é a infantilização dessas pessoas e a imagem de que elas sejam assexuadas. Outra crença comum é de que essas pessoas são hipersexuadas e que não conseguem segurar seus instintos, apresentando desejos incontroláveis (Gesser 2010, Pinel 1993, Maia et al, 2003).

É nesse sentido que esse trabalho teve como objetivo, entender as concepções das(os) professoras(es) em relação a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual, visando analisar as implicações dessas convicções e identificar se esse modo de pensar tem influenciado na adoção de práticas que contemplem essa temática ou não.

Deficiência Intelectual e sexualidade

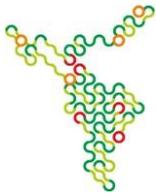
A American Association on Mental Retardation (AAMR), que passou a se chamar *American Association on Intellectual and Developmental Disabilities* (AAIDD), define a deficiência intelectual com base na concepção de modelo social como sendo:

Deficiência caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais, originando-se antes dos dezoito anos de idade (LUCKASSON; COLS, 2002, apud CARVALHO; MACIEL, 2003, p.150).

A sexualidade assume, ao longo de toda a existência humana, enorme importância, uma vez que ela é parte essencial da personalidade e da vida. Mas ao contrário do que muitos pensam ela vai além de uma questão pessoal e particular de cada indivíduo, podendo ser compreendida como um fenômeno social. Carrara et al (2010) ao discutir esses aspectos explicam que:

A sexualidade, ao contrário do que às vezes se pensa, não é apenas uma questão de “instintos” ou de impulsos, dominados pela natureza, genes ou hormônios. Tampouco se resume às possibilidades corporais de vivenciar prazer e afeto. Entre os seres humanos não há comportamento que não seja moralmente avaliado. E a avaliação moral é um fato social. (CARRARA et al 2010, p. 21)

Esse mesmo autor retoma os estudos de Gagnon (2006) onde comenta que “a vida sexual se assemelha a toda a vida social sendo uma atividade provocada pelas circunstâncias sociais e culturais, e uma atividade que difere de uma época histórica para outra ou de uma cultura para outra” (CARRARA et al



2010, p. 21). Nesse sentido, a sexualidade é concebida de maneira diferente em cada povo, cultura e momento histórico. Essas premissas vão ao encontro da definição de sexualidade apresentada pela a OMS (Organização Mundial de Saúde).

Sexualidade é um aspecto central do ser humano ao longo da vida e engloba sexo, gênero, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experienciada e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Enquanto sexualidade pode incluir todas estas dimensões, nem todas elas são sempre experienciadas e expressadas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais. (WHO, s.p.2016¹)

Com base nas mudanças de concepções sobre a compreensão da sexualidade e com a compreensão social da deficiência as pessoas com deficiência intelectual passaram a ser vistas na sua totalidade. Porém os mitos construídos historicamente ainda impedem que a sociedade os reconheça como sujeitos que possuam desejos e necessidades como os demais.

Em estudo sobre o tema, Melo e Nuernberg trazem as contribuições de Amaral e Coelho (2003) que constataram em uma interessante pesquisa “sobre a imagem social e a autoimagem das pessoas ditas “deficientes” apresentando o seguinte gráfico .

Normalidade.....Deficiência

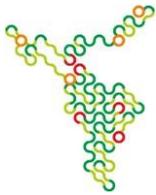
Estêreis, colostomizados, mastectomizadas, daltônicos, diabéticos, aidéticos, etc	Surdos totais, surdos parciais, cegos parciais, mudos etc	cegos totais, claudicantes, hemiplégicos, anões, deficientes mentais em graus leves	amputados, hemiplégicos, paraplégicos, tetraplégicos, etc).	deficientes mentais
---	---	---	---	---------------------



(fonte: pesquisa de campo)

Ao analisar o gráfico Melo e Nuernberg enfatizaram que:

Note-se que as pessoas com deficiência intelectual (no quadro nomeadas como deficientes mentais) **estão enquadradas no último**



grau de “normalidade” da tabela. Em uma perspectiva antropológica, quanto mais “desviante” e “deformado” um corpo, mais repulsa os “normais” sentem desse corpo, da sexualidade dissidente desse corpo, evidenciando uma situação peculiar de vulnerabilidade por condição de deficiência que, por sua vez, quando cruzada com as assimetrias de poder presentes nas relações de gênero, raça/etnia, classe, geração, sexualidade, etc (MELO, NUEMBERG, 2003, s/p grifos meus)

Através das análises elucidadas pelos autores percebemos preconceitos que permeiam a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual. Elas ultrapassam qualquer outra deficiência demonstrando um grau de repulsa maior. Além disso, podemos resgatar na literatura sobre o tema outros estereótipos acerca da sexualidade desses indivíduos, como a crença de que são assexuadas ou hipersexualizadas.

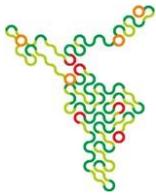
Pinel também menciona esses dois mitos esclarecendo que:

Um dos mitos mais comuns é pensar que as pessoas deficientes são assexuadas. Esta ideia geralmente surge a partir de uma combinação entre a limitada definição de sexualidade e a noção de que o deficiente é neutro, não tem as mesmas necessidades, desejos e capacidades do não-deficiente. [...] O mito oposto, o do deficiente como alguém perigosamente hipersexualado, costuma aparecer explicitamente quando se trata dos deficientes mentais. O medo de que a informação provoque uma conduta promíscua por parte do deficiente não permite que as pessoas percebam que a maioria das condutas inadequadas é, na verdade, produto do isolamento, da segregação dos sexos e da ignorância sobre a sexualidade (PINEL, 1993, p. 310)

Essa concepção capacitista está intimamente ligada à noção que Mello e Nuernberg nomeiam de corponormatividade, que concebe esses corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos funcionais/corporais. (MELO e NUENBERG, 2013).

Educação sexual, práticas pedagógicas e o papel docente

Partindo da ideia que as instituições de ensino devam trabalhar para desenvolvimento integral de seus(suas) educandos(as), é inevitável que essas contemplem em seus currículos a educação sexual. A discussão de temáticas acerca da sexualidade, sexo, direitos reprodutivos, orientação sexual, doenças sexualmente transmissíveis, etc, são de extrema importância para que as(os) alunas(os) possam tomar uma postura positiva frente a esses assuntos, ter

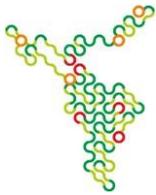


melhor desenvolvimento da sua personalidade e expressar sua sexualidade de maneira saudável. Apesar disso, as escolas, bem como muitos profissionais, ainda se sentem despreparados para trabalhar esses temas em suas aulas.

Quando tratamos de educandas(os) com deficiência intelectual isso se torna um desafio ainda maior, já que os mitos e preconceitos que permeiam essa deficiência fazem com que as pessoas sejam preconcebidas, como desprovidas da possibilidade de exercer sua sexualidade e de compreendê-la. Como já temos visto a revisão da literatura sobre o tema nos mostra que há uma série de concepções equivocadas em relação à sexualidade das pessoas com deficiência intelectual. As que mais aparecem são que essas pessoas com deficiência intelectual são hipersexualizadas ou assexuadas.

No entanto, essas pessoas assim como qualquer outra sentem a necessidade de expressar sua sexualidade. O que acontece é que muitas vezes, por uma história de exclusão em diversos aspectos, elas não tiveram as informações adequadas para compreender como devem se comportar em relação a isso. Então, alguns de seus comportamentos, se masturbarem em público, por exemplo, acabam chocando as famílias, professores e sociedade como um todo. Outro mito é a crença de que essas pessoas serão eternamente crianças, portanto desprovidas de sexualidade. Culturalmente tem se perpetuado o discurso tradicional de conceber as pessoas com deficiência intelectual como eterno infante colocando-os a margem de várias situações necessárias para o desenvolvimento da sua personalidade como a questão da sexualidade (VASCONCELOS, et al 2014)

No entanto, a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual deve ser encarada com naturalidade e, assim, como atributo humano “ela é inerente a qualquer pessoa a despeito de limitações incapacitantes de cunho biológico, psicológico ou social”. (Maia, Camossa, 2003, p.205). Com base nisso, entende-se que é importante romper essas barreiras para que as(os) educandas(os) com deficiência intelectual, assim como todos os outros, possam ter seus direitos reconhecidos e desfrutar de uma educação que lhes propicie espaços de aprendizagem em relação à



sexualidade e outros temas que envolvam essa área. Nesse sentido, Vasconcelos explica que:

O reconhecimento dos direitos a manifestação da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, a qualidade da intervenção educativa e devidas orientações na prática pedagógica contemporânea é mais um desafio para a escola. Para que estes sujeitos se desenvolvam satisfatoriamente, tendo uma vida sexualmente saudável, aprendendo a lidar com sua sexualidade de modo adequado e responsável faz-se necessário que informações que dizem respeito a esta área de conhecimento se incluam na dinâmica escolar, e que os mesmos sejam trabalhados de modo adequado e contextualizado a realidade do deficiente intelectual, levando em consideração suas características, necessidades, modo de vida e demais condicionantes sociais. (VASCONCELOS et al, 2014 s.p.)

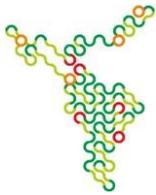
Desta forma, o professor em articulação com as famílias são peças-chaves para que esse processo aconteça. Não podemos mais negar a necessidade de trabalhar essas temáticas, pois a sexualidade está presente no cotidiano escolar e isso faz parte do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens, independente da pessoa ter alguma deficiência ou não.

Metodologia

A base metodológica que deu suporte à pesquisa é a abordagem qualitativa e exploratória. A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado (MINAYO, 1994).

O estudo foi realizado em uma APAE da região sul do estado de Santa Catarina. As(os) participantes do estudo foram todos as(os) 07 sete professoras(es) que atuam na docência com alunas(os) com deficiência intelectual em uma APAE, sendo quatro professoras pedagogas com complementação em educação especial, um professor de artes com formação de licenciatura em artes visuais, uma professora de informática educativa com formação de licenciatura em informática e um professor de educação física que ainda está cursando licenciatura em educação física.

A coleta de dados foi feita através de um questionário aberto contendo perguntas que buscaram dar conta de atender os objetivos deste trabalho. O método utilizado para a análise dos dados foi a Análise de Conteúdo, que para



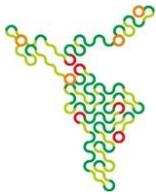
Bardin consiste em: [...] um conjunto de técnicas de análise dos dados, visando por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, obter indicadores que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção e percepção das mensagens. (BARDIN, 1977, p. 38). As categorias de análises que traduzem as ideias centrais foram as seguintes: a) Compreensão das(os) professoras(es) acerca do conceito e entendimento da sexualidade das(os) educandas(os) com diagnóstico de deficiência intelectual; b) Implicações das concepções das(os) professoras(es) na adoção de práticas pedagógicas de educação sexual;

Resultados e discussões

Quanto a categoria *Compreensão dos (das) professores (as) acerca do conceito e entendimento da sexualidade dos educandos com diagnóstico de deficiência intelectual*, houve diferentes formas de entender os conceitos de sexualidade. Apesar disso, a maioria das respostas se remete ao prazer e se referem à sexualidade como sendo algo privado e estar estritamente ligado ao prazer a dois. Entre as respostas dos(das) participantes já pode-se perceber alguns mitos e preconceitos que permeiam a sexualidade das pessoas com deficiência. Quando os profissionais mencionam que:

P1 "Na minha opinião a sexualidade dele é mais aflorada e o que difere é maneira que eles manifestam" P3 " Eu acho que eles têm uma sexualidade diferente porque eles não conseguem esconder seus sentimentos, ficam muito excitados e não importa o lugar se masturbam, na rua, na sala de aula..." P5 " A sexualidade deles é diferente é mais aflorada"

São destacados os mitos já citados por Maia 2003, Pinel 1993 Glat 2007, a crença de que as pessoas com deficiência intelectual apresentam uma sexualidade mais aflorada e que eles não podem se controlar. Porém o que acontece é que, as pessoas com deficiência por vezes recebem poucas informações e à manifestação da sexualidade de um modo grosseiro que não correspondente às regras sociais e isso prejudica a imagem que as pessoas têm do deficiente que os colocam como dotados de uma sexualidade atípica. (MAIA e RIBEIRO, 2010. p.166)



A professora (P4) mencionou sobre entendimento das(os) alunas(os) com deficiência intelectual pontuando que: “Não acho que a sexualidade deles seja diferente, o que é diferente é o entendimento, pois eles não veem maldade em expor suas vontades”. A partir dessa colocação fica subentendido que essas pessoas não têm entendimento sobre os locais adequados para manifestar seus desejos sexuais, mas, conforme já mencionado anteriormente e não referido pela professora, o que pode ser pontuado é que eles não foram ensinados sobre essas regras sociais. O mito de que as pessoas com deficiência intelectual são assexuadas fica explícito diante das seguintes respostas.

P7 “Eu acho que eles não têm sexualidade igual a nossa, eles só têm tamanho a mentalidade é de criança, são muito infantilizados”

P7 “ Nunca vi nenhum deles demonstrar desejos sexuais, deve ser por causa da deficiência a mentalidade deles é bem atrasada acho que nem entendem disso”.

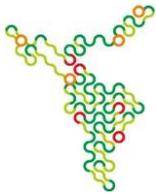
Essa crença está diretamente relacionada à ideia de que as pessoas com deficiência intelectual são dependentes e infantis e, portanto, não seriam capazes de usufruir de uma vida sexual adulta (Maia e Ribeiro, 2010, Pinel 1993).

A partir dessas análises podemos perceber que não houve uma concepção única entre os sujeitos dessa pesquisa. É possível dizer que mesmo estando cotidianamente trabalhando com educandas(os) com deficiência intelectual essas(es) professoras(es) ainda têm ideias preconcebidas e falta de conhecimento acerca da sexualidade de seus alunas(os).

Na categoria “*Implicações das concepções das(os) professoras(os) na adoção de práticas pedagógicas de educação sexual*” observa-se que cinco dos sete participantes disseram não contemplar em sua prática pedagógica atividades relacionadas à temática da sexualidade. Dentre os aspectos que foram mencionados para justificar tal situação é que são professoras (es) de outra matéria, ou que isso pode estimular ou aflorar a sexualidade das(os) alunas(os). Também aparece novamente o mito da infantilização:

P2 “Nós precisamos ter muita cautela porque eles podem se estimular e contar para os pais e muitos não aceitam pois quando se fala em sexualidade mexe com os princípios das famílias”

P3 “Não fiz nenhuma prática pedagógica específica o que fiz foi quando



nas festas os alunos vão dançar e ficam muito agarradinhos interfiro e oriento que isso não é permitido no espaço escolar”

P4 “Não trabalhei este tema ainda, como é informática minha matéria, tenho outros direcionamentos, trabalho jogos e vídeos, mas nada sobre esse tema”

P5 “ Não trabalho porque através desse tema eu posso estar despertando no aluno aquilo que no momento ele não está preparado ainda ” P7 “ Não porque eles não são capazes de entender essas coisas complexas da vida”

Podemos identificar o receio das(os) professoras(es) para abordar tal assunto por medo de como as famílias entenderiam, e, novamente, o mito da infantilização. Assim como no relato da P2 anteriormente a situação fica mais explicita com a resposta da P6.

P6 “ Trabalho bem pouco, mas a pedido dos próprios pais somos podados a falar sobre o assunto, somos questionados porque os pais pensam que seus filhos não tem a capacidade de se relacionar”

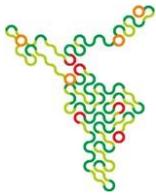
Falar sobre sexualidade é algo difícil, mas quando relacionando a pessoa com deficiência intelectual isso é ainda mais complexo, pois muitas vezes essas pessoas não são vistas como um sujeito social. Elas são sempre associadas a imagem de ingenuidade ou inocência como não sendo responsável pelos seus atos. Assim, falar de sexo é censurado tanto na escola como em casa. Assim a pessoa com deficiência intelectual acaba recebendo estigmas, proporcionando mais a segregação social e física do sujeito. (SILVA, 2014).

Essas concepções e tabus por parte das(os) professoras(es), familiares e toda sociedade acabam privando as pessoas com deficiência de aprender questões fundamentais para sua vida. A ignorância sexual acaba sendo um grande obstáculo para que as pessoas com deficiência possam evitar a violência e, portanto, programas de orientação/educação sexual poderiam ajudar essas pessoas a usufruir a sexualidade plena e saudável com responsabilidade (MAIA E RIBEIRO, 2010). Apenas duas professoras disseram contemplar em suas práticas questões relacionadas à sexualidade. No entanto a partir de seus relatos percebemos estratégias ligadas somente ao campo

biológico que mensura e trata o assunto de uma forma limitada.

P1 “ Eu trabalho o corpo humano, higiene e função dos órgãos. Procuo fazer com que os alunos reconheçam as partes do seu corpo e suas funções sabendo respeitar seu corpo e dos outros sem ter malícias.”

P6 “ Trabalho esse assunto de maneira superficial, sem causar muito impacto. Acredito que seja fundamental pois eles convivem entre meninos e meninas e devem aprender como se comportar”



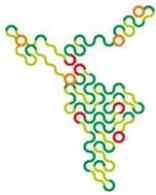
Diante das respostas das professoras (es), podemos inferir que a educação sexual está pautada em proibições. Além disso, a instituição escolar não tem cumprido o papel de propor estratégias para que as(os) educandas(os) com deficiência intelectual se desenvolvam como um todo. Os relatos explicitam que a instituição não se posiciona quanto à adoção de uma prática sobre o tema. Isso fica a critério das(os) profissionais que muitas vezes não sabem como articular seu trabalho. A partir disso, percebemos que a falta de um documento orientador, bem como de espaços que possibilitem o diálogo entre as(os) professoras(es), têm sido um entrave para trabalhar essas temáticas.

Nesse sentido corroboramos com Silva (et al 2014, s.p) quando dizem que [...] “o tema da sexualidade deve ser integrado aos currículos de formação de professores, sobretudo, por acreditarmos que é na escola que o indivíduo tem a oportunidade de compartilhar e discutir assuntos como a sexualidade” As instituições de ensino têm papel importante ao esclarecer certos conceitos para seus educandos em relação a vida sexual e aos direitos sexuais. Glat (2004, 2007)

Considerações finais

Os desafios de se pensar a educação sexual para as pessoas com deficiência intelectual nos espaços escolares foram nitidamente observáveis nos relatos analisados. Ficou evidente que os(as) professores(as) permanecem envolvidos em preconceitos relacionados com a hipersexualização e assexualidade. As professoras e professores sentem receio de adotar alguma estratégia para trabalhar esses aspectos, dentre eles: incentivar ou aflorar a sexualidade dos alunos e o possível posicionamento negativo dos pais quanto a esse assunto. A postura assumida pelas(os) professoras(es) em não aceitar a construção da identidade sexual dos educandos e não adotar estratégias pedagógicas que contemplem essas temáticas refletem diretamente na manutenção de atitudes e comportamentos inadequados em suas manifestações sexuais.

As experiências sexuais dos jovens com deficiência intelectual, quando



bem conduzida, colabora para o desenvolvimento do equilíbrio afetivo, aumenta a capacidade de estabelecer contatos interpessoais, amplia a autoestima e contribui para a inclusão social (LITTIG et al, 2012, MAIA, CAMOSSA 2003, MAIA 2001)

Através dessa investigação foi possível identificar a urgência da instituição implementar uma política que promova espaços de formação aos professoras(es) para que elas (es) possam sentir-se seguras(os) e desenvolver um trabalho adequado que oriente os alunos e alunas para exercerem sua sexualidade com autonomia e segurança.

Essa pesquisa também evidenciou que as experiências sexuais de pessoas com deficiência intelectual estão sendo tolhidas por uma sociedade dotada de preconceito que lhes atribui um papel social de infantilização, de incapazes de compreender e fazer suas escolhas. Com base nisso podemos dizer que é necessário que as instituições educacionais assumam seu papel e busquem alternativas para discutir essas temáticas que contribuam para vivamos em uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CARRARA, S [et al]. **Sexualidade e Orientação sexual**. Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade. v.3 / Organizadores: Carrara, Sérgio...[et al]. – Rio de Janeiro: CEPESC ; Brasília, DF

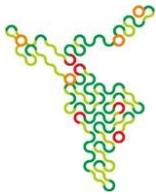
: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

GESSER, M; **Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade**. Revista Psicologia. Escolar e Educacional. vol.16 no.2 Maringá July/Dec. 2012

GLAT, R. FREITAS F . **Sexualidade e deficiência mental: Pesquisando e refletindo e debatendo sobre o tema sobre o tema**. Rio de Janeiro Letras, 2007.

FIGUEIRÓ. M.N.D. **Educação sexual: como ensinar no espaço da escola**. Disponível em<
<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1323/1132>>
Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

LITTIG. P.M.C. B et al Sexualidade na Deficiência Intelectual: uma Análise das Percepções de Mães de Adolescentes Especiais. Rev. Bras. Ed. Esp.,



Marília, v. 18, n. 3, p. 469-486, Jul.-Set., 2012

MAIA, A.C.B; RIBEIRO, P.R.M. **Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.16, n.2, p.159-176, Mai.- Ago.2010.

MAIA, A.C.B.; CAMOSSA, D. A. **Relatos de jovens deficientes mentais sobre a sexualidade através de diferentes estratégias.** Paidéia, Ribeirão Preto, v.12, n.24, p.205-214, 2003.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Corpo, gênero e sexualidade na experiência da deficiência: algumas notas de campo.** III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. UEB. Salvador 2013, 13p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.**

8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

OMS. **Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** Tradução A. Leitão. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2004. Disponível em:<http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf>. Acesso em: 24 julho. 2019.

PINEL, A.C. **A restauração da Vênus de Milo: dos mitos à realidade sexual da pessoa deficiente.** In.: RIBEIRO, Marcos (org.). Educação sexual: novas ideias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993, p. 307-325.

SILVA. D.M. **Sexualidade e a pessoa com deficiência intelectual: algumas reflexões.** Disponível em <http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/46-silva_et_al.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2019.

VASCONCELOS. M.G. S. et al. **Escola inclusiva e o desafio em torno da educação sexual de pessoas com deficiência intelectual.** Disponível em: <https://proceedings.galoa.com.br/cbee/trabalhos/escola_inclusiva_e_o_desafio_em_torno_da_educacao_sexual_de_pessoas_com_deficiencia_intelectual> Acesso em 18 de setembro de 2019.